



CONTRATO N.º 06030002/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA E A EMPRESA, DAFONTE VEÍCULOS, TRATORES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

A Prefeitura Municipal de Viçosa/RN, com sede à Rua Ozeas Pinto, nº 140, centro, na cidade de Viçosa/RN, Estado do Rio Grande do Norte, devidamente inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 08.158.198/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONIO GOMES DE AMORIM, brasileiro, viúvo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 182.496.044-15, doravante denominado MUNICÍPIO e a Empresa DAFONTE VEÍCULOS, TRATORES, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA estabelecida à rua Zacarias Gomes de Lima, 1020, Nova Betânia, Mossoró/RN. CNPJ nº 02.830.307/0002-26, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do Pregão Presencial Nº 004/2017 - PP, conforme consta do processo administrativo, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – É objeto deste instrumento AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS EM GERAL DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, conforme especificações constantes do Anexo I do edital do Pregão Presencial nº 004/2017 - PP, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2 - Os produtos objeto deste contrato, deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só serão aceitos após exame técnico efetuado pela comissão de recebimento da Secretaria responsável e por servidor habilitado indicado para tal fim e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da notificação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O presente contrato tem o valor global de R\$ 296.100,00 (DUZENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E CEM REAIS) conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

2.1.1 - O MUNICÍPIO pagará mensalmente, à Contratada o valor correspondente à quantidade de itens entregues no mês, conforme nota Fiscal, observados os preços unitários cotados na proposta.



2.2 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da entrega, após liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, mediante emissão de cheque em favor da CONTRATADA:

2.3 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

2.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.5 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 02 (duas) vias.

2.5.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS.

2.6 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4 - O contrato terá vigência de 02 (dois) meses a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado se presentes os requisitos legais e se de acordo com a vontade das partes.



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – DO LICITANTE:

- 4.1.1. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato;
- 4.1.2. Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso;
- 4.1.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 4.1.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 - Da Contratada:

- 4.2.1. Fornecer o objeto nas especificações contidas neste Contrato, de acordo com a requisição, da quantidade e quais os produtos a ser entregues; diariamente se for o caso,
- 4.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 4.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 4.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 4.2.5. Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 4.2.6. Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no presente termo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1- Os casos de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;



- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 02 (dois) dias da abertura de vistas ao processo.

5.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

5.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 5.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

5.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

5.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

5.6 – O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e exposto aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

5.7 – O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ONTE DE RECURSO

6.1 - As despesas para pagamento do preço referente ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: Prefeitura Municipal de Viçosa
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 - Equipamento e Material Permanente



6.2 - A fonte de recursos provenientes para pagamento das aquisições referente ao objeto da licitação é do Contrato de Repasse nº 1.007.331-48/2013 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO

7.1 - A CONTRATADA somente poderá ceder, quer total quer parcialmente, este contrato, mediante prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Viçosa/RN, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor.

Viçosa/RN, 06 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Viçosa/RN
Antônio Gomes de Amorim
Contratante

DAFONTE VEÍCULOS, TRATORES, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº 02.830.307/0002-26
Contratada

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____